

Percepção das Autoridades do Poder Público local sobre o Turismo: um estudo em Natal /RN.

Juliana Cristina de Moura Soares¹

Raquel Fernandes de Macedo²

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros³

RESUMO

A atividade turística na cidade de Natal ainda é pouco estudada, necessitando, assim, de pesquisas que contribuam para o seu entendimento. Nesse sentido, o presente trabalho vem somar na medida em que opta por estudar o fenômeno a partir da opinião das pessoas que vivem e gerenciam o turismo natalense. Desta forma, procurou-se analisar a percepção das autoridades do poder público local sobre a atividade turística na cidade do Natal/ RN através de uma pesquisa primordialmente qualitativa, utilizando-se de um formulário com perguntas abertas, permitindo flexibilidade nas respostas e na entrevista que foi gravada. Foi possível perceber que as políticas públicas de turismo tendem a ser exclusivamente baseada em ações de melhorias de infra-estrutura, bem como que a Copa de 2014 trará benefícios como divulgação da cidade e melhoria em diversos setores. Ademais, foram especificadas algumas obras futuras em infra-estrutura turística, sendo possível constatar que a zona norte tende a ser a região que mais captará investimentos turísticos nos próximos anos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Turismo. Investimentos. Infra-estrutura.

INTRODUÇÃO

Como atividade econômica, o Turismo é antigo e ainda se consolida em diversas partes do mundo. Porém, como objeto de estudo, o mesmo é muito recente se comparado a outras ciências humanas ou sociais. Rejowski (1996) afirma que a evolução do estudo do turismo estimula esforços em pesquisa e ensino, de forma análoga ao processo de "cientificidade" já ocorrido em outras disciplinas mais antigas das ciências humanas e sociais, como a antropologia, geografia, sociologia e economia. Embora parte desta realidade esteja mudando, muito ainda há de se estudar e entender em relação ao setor turístico.

¹ Mestranda em Turismo. UFRN. Bolsista Capes. E-mail: juliana_cms@yahoo.com.br

² Mestranda em Turismo. UFRN. Bolsista Capes. E-mail: raquelfmacedo@gmail.com

³ Mestranda em Turismo. UFRN. Bolsista Reuni. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br

Corroborando, governos em todo o mundo têm mudado sua postura frente à atividade, buscando formas de monitorá-la e controlá-la de forma racional e sistemática. O Brasil, por exemplo, mesmo que tardiamente, vêm procurando nos últimos anos estudar o fenômeno a fim de desenvolvê-lo dentro de seu território, entendendo o potencial que o turismo proporciona àqueles que nele investem e encarando com seriedade os impactos positivos e negativos decorrentes do mesmo.

Assim, por se tratar de um fenômeno dinâmico e social, o turismo deve ser analisado não só pelos estudos epistemológicos já publicados: é necessário conhecer também a construção empírica extraída da prática de quem o vive de perto, ou seja, as autoridades da atividade turística no que tange às suas percepções. De fato, César e Stigliano (2005) afirmam que, para se saber sobre a existência de planos, programas ou projetos, é importante entrevistar autoridades municipais, que podem ser: o prefeito, o chefe de gabinete, o secretário de meio ambiente, de turismo ou de educação.

Em virtude disso, o presente estudo teve como objetivo geral, analisar a percepção das autoridades do poder público local sobre a atividade turística na cidade do Natal/ RN. Para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: Identificar as políticas de turismo implantadas no município; Conhecer as opiniões dos entrevistados acerca dos benefícios da Copa de 2014; Identificar os principais investimentos a serem realizados em infra-estrutura para o turismo.

O estudo caracterizou-se como sendo descritivo-exploratório, sob a abordagem qualitativa, enquanto que o universo da pesquisa foi composto por cinco entrevistados, a saber: o Secretário, o Subsecretário e a Coordenadora Técnica da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – SETUR/RN, o Subsecretário e Coordenador do PRODETUR/RN, e o Secretário Especial de Comércio, Indústria e Turismo de Natal da Secretaria Municipal de Comércio e Turismo – SECTUR. Tais autoridades foram escolhidas como público-alvo em função de terem maior conhecimento sobre os fatos turísticos de interesse do estudo.

A coleta de dados foi feita através de um formulário de entrevista aplicado com os representantes do poder público em maio de 2008. Nesse sentido, foi utilizada a análise de conteúdo das transcrições das entrevistas (que foram gravadas) como técnica de análise de dados.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

De acordo com Coriolano (2006), o turismo é uma atividade que se desenvolve segundo uma teia de relações, formando um sistema complexo, que envolve vários segmentos públicos e privados da sociedade, onde as políticas dão sustentabilidade à economia, em um esforço de planejá-la e controlá-la. Estas, por sua vez, devem atender a todos indiscriminadamente, a fim de não priorizar apenas pequenos grupos de poder econômico, gerando conflitos e estimulando o surgimento das políticas alternativas, resultantes do público-privado (FONSECA, 2005).

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas no âmbito do poder público, visando à manutenção e à continuidade do desenvolvimento da atividade turística em um determinado território. Para Fonseca (2005), elas foram projetadas para responder à conjuntura econômica e à acumulação do capital, sendo inseparáveis das políticas de crescimento econômico e compondo uma parcela das políticas setoriais (urbanas, culturais, sociais, educacionais, industriais, financeiras).

De acordo com Fayos-Solá (1996), as políticas públicas referentes ao turismo podem ser divididas em três fases distintas. A primeira compreende os períodos entre as décadas de 1930 até 1960; a segunda entre 1970 e 1980; e a terceira a partir da década de 1980 até o período atual. Destarte, o planejamento formal da atividade turística por parte do Estado é recente. Apenas em 1940, na França, foi lançado o Primeiro Plano Quinquenal do Equipamento Turístico francês para o período de 1948 a 1952 (BARRETO, 2003).

As políticas de turismo no Brasil são ainda mais recentes, podendo ser divididas em três fases de envolvimento por parte do poder público. A primeira corresponde àquela denominada de “pré-história político institucional”, caracterizada pela adoção de diplomas políticos legais que tinham por finalidade regulamentar o desenvolvimento da atividade. A segunda inicia-se com a instituição e definição de uma política pública de turismo, através do Decreto-lei nº. 55 de 18 de novembro de 1966, que instituiu, entre outras coisas, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a então chamada Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), hoje Instituto. E a terceira fase caracteriza-se pela mudança no foco dado ao turismo pelo governo, que vem sendo marcada pelas mais diversas alterações de

direcionamentos conduzidos pelo próprio cenário da política nacional, tendo como marco inicial a sanção da Lei nº. 8.181 de 28 de março de 1991, que determinou que a EMBRATUR fosse responsável pela formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo, assumindo a competência do extinto CNTur. Após o início dessa fase, são criados planos para o planejamento e direcionamento do desenvolvimento da atividade turística (CRUZ, 2000).

Segundo Fratucci (2006) cabe ao poder público, enquanto agente articulador e normatizador dos processos de ocupação e ordenamento dos seus territórios, estabelecer políticas públicas que definam as diretrizes para aqueles processos, sempre ouvindo os todos os atores do turismo, incluindo as populações residentes nas áreas receptoras.

Nesse sentido, vale salientar que as ações ou não-ações do governo podem ter impactos em todos os aspectos do turismo, pois as leis, regulamentações e restrições do setor são amplas e abrangentes, como por exemplo, os acordos aéreos que definem a frequência e os custos das viagens, e a lei local que explicita a quantidade e material nativo que um *souvenir* autêntico necessita ter para ser considerado como tal. Partindo desse comentário, torna-se evidente que os governos estão extremamente envolvidos em todas as experiências turísticas, mesmo que os efeitos desse envolvimento não sejam prontamente visualizados (OMT, 2003).

No entanto, é preciso ressaltar que existe a necessidade de se integrar diferentes níveis de atuação governamental (nacional, estadual e local), bem como diversos órgãos e secretarias que compõe o governo em cada uma das três esferas para que a ação da administração pública seja mais eficiente e traga resultados satisfatórios para as organizações e destinos turísticos, favorecendo a criação de vantagens competitivas (FONSECA, 2005).

Cruz (2000) resume mencionando que o papel das políticas públicas na atividade turística se dá através do estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que se refere à esfera pública como no que concerne à iniciativa privada, posto que na ausência das políticas públicas, o turismo é desenvolvido por interesses particulares da iniciativa privada.

Por outro lado, pode-se afirmar que tanto o poder público quanto a iniciativa privada podem trabalhar em conjunto, a fim de desenvolver a atividade turística, pois essa articulação entre os dois permitem que tal atividade seja completa para o visitante (DIAS; PIMENTA, 2005).

Diante disso, observa-se que “a forma de atuação do poder local é primordial para atingir com excelência e qualidade do produto turístico, definindo o marco de competitividade do destino turístico.” (FONSECA, 2005, p. 63).

3 INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

As viagens tornaram-se muito mais fáceis e mais baratas. O transporte para vários lugares do mundo tornou-se acessível à grande parte dos cidadãos de muitos países. Os alojamentos e restaurantes distribuídos por classes de renda são encontrados nos locais antes mais inóspitos ou inesperados, em cidades grandes, nas localidades onde se situam *resorts*, em zonas próximas a aeroportos e avenidas, em áreas rurais e em outros mais diversos tipos de lugares. Serviços profissionais oferecidos por agências de viagens e operadoras de turismo, iniciativas de tecnologia avançada, a qual rapidamente une todos os componentes do turismo numa projeção instantânea ao viajante em potencial. Isso tudo torna a experiência da viagem mais segura, confortável e agradável (OMT, 2003).

Todos os que viajam, por lazer ou por necessidade, precisam receber o conforto proporcional ao custo de seu contrato e à qualidade dos bens e serviços que desejam e têm direito de receber, antes, durante e depois da viagem. Além disso, quem viaja, seja turista ou não, paga a muitos fornecedores de bens e serviços e, por isso mesmo, possui o pleno e cabal direito de receber justa contrapartida (ANDRADE, 2002).

Muitos são os agentes que participam do fenômeno turístico. À medida que usufruem de qualquer conforto, as pessoas investem dinheiro, pois pagam por ele. À medida que vendem conforto, os empresários turísticos recebem os lucros. Por isso, fornecedores, intermediários e clientes formam o tripé de elementos que procuram ganhar, lucrar e levar vantagens com o simples fato de responder às necessidades humanas de deslocar-se com propriedade, hospedar-se com dignidade e divertir-se com satisfação (ANDRADE, 2002).

Segundo Cooper (2001), infra-estrutura e superestruturas são formas alternativas de abordar os componentes de uma destinação. Para ele, a infra-estrutura é composta por todas as formas de construção necessárias para uma área habitada, onde sua ampla comunicação com o mundo exterior é a sua base para atividade turística.

Desse modo, Barbosa (2003) afirma que a infra-estrutura é importante para as destinações e aparecem em forma de transporte (estradas, ferrovias, aeroportos, estacionamentos), serviços de utilidade pública (saneamento básico, eletricidade, água, comunicações), bem como na forma de outros serviços, tais como segurança e saúde que devem ser compartilhados entre visitantes e residentes.

Assim, Cooper (2001) assegura que ela costuma não gerar renda e deve ser tratada como um investimento público na maioria dos empreendimentos turísticos. Já a superestrutura diz respeito aos investimentos do setor privado, sendo esse o elemento gerador de lucro de uma destinação. Neste caso, incluem-se os meios de hospedagem, atrações construídas para gerar lucro, comércio etc. Fonseca (2005) também ressalta a importância da infra-estrutura e da superestrutura - bem como de outros elementos - na composição do produto turístico, formado por um conjunto de elementos ou produtos específicos que engloba os meios de hospedagem, os serviços de restauração, os equipamentos turísticos, os serviços de meios de apoio (segurança, saúde etc.), a infra-estrutura urbana e viária, os meios de transporte, a qualidade do meio ambiente, etc. Destarte, é o conjunto de tais elementos de infra-estrutura que vai propiciar maior ou menor qualidade do destino e do produto turístico, atuando como importante diferencial na competitividade dos lugares turísticos.

Entretanto, para que seja possível a implantação de infra-estrutura básica e turística é essencial uma parceria público-privada, de forma que, segundo Elbe *et al* (2009), principalmente no que compreende ao caráter financeiro, possa haver uma cooperação entre os atores, podendo ser:

- Cooperação limitada: refere-se à cooperação requerida pelo limite de recursos financeiros disponíveis para complementar a atividade turística;
- Cooperação moderada: diz respeito à cooperação em uma ou mais áreas limitadas, fazendo adaptações moderadas para o funcionamento normal do turismo;
- Cooperação completa: refere-se à cooperação que exige um empenho considerável dos recursos, fazendo adaptações e mudanças nas rotinas de gestão do desenvolvimento da atividade turística.

Nesse sentido, é conveniente lembrar que no Brasil, existe um departamento no Ministério do Turismo especializado em infra-estrutura turística, sendo conhecido por Departamento de Infra-estrutura Turística que é responsável pela elaboração e pela execução

de planos, programas e ações do Ministério relacionados à infra-estrutura turística, permitindo a articulação de ações com os demais órgãos governamentais que interagem com a Política Nacional de Turismo (MTUR, 2010).

4 A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE NATAL/ RN

As ações do poder público no contexto do turismo local têm sua medra fundamental chantada através dos investimentos feitos, em especial, no decorrer da década de 70, onde foram lançados planos do governo federal, que acarretaram em vultosos investimentos para o Nordeste brasileiro. Santos (2005) afirma que esta década foi essencial para desencadear o aceleração e o crescimento da economia brasileira, onde o Rio Grande do Norte foi beneficiado pela implementação de diversos projetos, que impulsionaram a economia potiguar. Complementa essa informação Theobald (2002) ao afirmar que em 1970 iniciou-se a primeira fase do desenvolvimento do turismo no Brasil, em pleno regime militar.

Corroborando, Fonseca (2005) afirma que, tendo em vista a enorme expansão do turismo internacional e as potencialidades turísticas existentes no Brasil, o governo federal começou a definir uma política de turismo para o país, com o objetivo básico de gerar empregos e renda. Ressalta que, já na década de 70, com a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PID), no governo de Geisel, o turismo teria sido indicado como uma possível alternativa de desenvolvimento econômico para a região do Nordeste.

Santos (2005) narra que o II Congresso Nacional de Turismo, realizado em 1970 em Natal, marcou um lugar de destaque no cenário do turismo nacional, mostrando aos congressistas, o potencial da cidade para a atividade, consolidando os investimentos no setor de hospedagem. Nesse sentido, Lopes Júnior (2000) assegura que, em 1972, o Governo do Estado do RN decidiu criar a EMPROTURN - Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte - e buscou traçar uma política para o desenvolvimento turístico local. Também neste período, começaram a surgir hotéis de melhor porte e infra-estrutura na cidade, como o Reis Magos, na Praia do Meio. Santos (2005) complementa ao dizer que, até 1975, já tinham sido aprovados pela SUDENE onze projetos de hotéis com 759 apartamentos e 1.703 leitos, segundo a Secretaria de Turismo do RN. A inauguração do Ducal Palace Hotel, em 1976, foi apenas um dos projetos que seriam futuramente concretizados. Porém, esses hotéis

não tinham como objetivo o turismo de massa, pois seu público-alvo eram os grandes empresários, autoridades, engenheiros e técnicos trazidos à cidade devido ao processo de industrialização e das intervenções habitacionais do governo (LOPES JÚNIOR, 2000).

O final da década de 70, o governo de Lavoisier Maia - que deu continuidade a um projeto iniciado durante o governo anterior, de Tarcísio Maia - presenteou o Rio Grande do Norte com uma das mais importantes obras para o futuro do turismo potiguar. Santos (2005) afirma que, em 1979, a abertura da Via Costeira (uma avenida de 12 km) em Natal, ligando a cidade à praia de Ponta Negra, viria a ser utilíssima para a atividade local, ao propiciar, às margens das praias de Areia Branca e Ponta Negra, terrenos para a construção de equipamentos turísticos, onde hoje existem diversos hotéis de nível internacional, constituindo, dessa forma, uma importante infra-estrutura para o futuro do turismo da cidade.

Cruz (2000) assevera que o objetivo desse projeto (Via Costeira) era a multiplicação dos meios de hospedagem existentes na capital do Estado e que outra possibilidade urbanística poderia ter sido considerada, como, por exemplo, a concessão de áreas institucionais em diferentes pontos da cidade do Natal, próximos ou muito próximos de praias, com os mesmos incentivos fiscais e financeiros oferecidos na Via Costeira, mas com um custo social muito menor, aproveitando-se de infra-estruturas urbanas pré-existentes.

Outro marco no cenário turístico potiguar foi a construção da Rota do Sol, uma rodovia que liga Ponta Negra às praias do litoral sul do RN, sendo a complementação do processo de organização espacial necessário à urbanização turística da região de Natal, contribuindo para solidificar o antigo processo de ocupação do litoral sul para residências secundárias (“casas de veraneio”) das classes médias e elites locais (LOPES JUNIOR, 2000).

Dessa forma, a importância assumida pela atividade turística no estado e na cidade nas últimas décadas, foi resultado de um esforço por parte do governo federal em diversificar as atividades produtivas e a economia, procurando abrir novas perspectivas de trabalho para a população e aumentar o ingresso de divisas com a captação de turistas (FONSECA, 2005).

Todo esse investimento corroborou para o aumento da receita do turismo no Rio Grande do Norte, que em 1995, foi de 89.041.248,00 dólares, sendo a década considerada mais próspera da economia potiguar. Porém, Santos (2005, p. 162) faz uma breve metáfora, dizendo que “O bolo cresceu, mas a divisão do mesmo não é igual.”, ou seja, não foram todos que sentiram, efetivamente, esse desenvolvimento econômico no estado. Para ele, faltou

fincar, em território potiguar (não sendo diferente em sua capital), um “desenvolvimento humano”, já que os indicadores sociais registrados pelas estatísticas oficiais mostram que existem ainda altos índices de pobreza e indigência, demonstrando, assim, um modelo de desenvolvimento, fortemente, concentrador de renda e gerador de exclusão social.

5 A PERCEPÇÃO DAS AUTORIDADES PÚBLICAS LOCAIS SOBRE O TURISMO

Ao se questionar as autoridades sobre suas considerações acerca das políticas públicas que mais influenciaram no desenvolvimento da atividade turística local, observou-se que cada um dos entrevistados possuía uma percepção ou um conceito diferente para o que seriam “políticas públicas”.

O Subsecretário Estadual de Turismo do RN afirmou que tem se desenvolvido um turismo sustentável, ao trabalhar todos os municípios, incluindo Natal, dentro do Programa de Regionalização, que começou em 2003 e procura levar a atividade para outros pontos do Estado. É, na visão dele, um plano demorado por necessitar trabalhar, por exemplo, a capacitação, infra-estrutura e identificação dos atrativos turísticos. Ele, também, citou a questão do incentivo ao turismo cultural, como forma de segmentar o produto Natal.

De forma geral, o Programa de Regionalização busca desenvolver diversos municípios, necessitando para isso que os mesmos serviços de planejamento que, segundo Almeida e Costa (2007), advém de três dimensões: a de ordem técnica, por realizar diagnósticos, identificando os atrativos, os serviços de hospedagem e alimentação e os serviços básicos, de modo a formular projetos para o desenvolvimento do turismo; de ordem financeira, que podem ser recursos do próprio município, ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros; e de ordem política, onde se observa que as decisões políticas devem levar em consideração tanto presente quanto o futuro do município.

Já o Subsecretário de Turismo e Coordenador do PRODETUR/RN defendeu que o turismo é prioridade do Governo Estadual há mais de 30 anos, o que influenciou bastante no desenvolvimento da atividade. Afirmou que tem se trabalhado no PRODETUR I e II e se continuará no PRODETUR Nacional. Asseverou, ainda, que este programa atua em vários ramos, desde a capacitação até em programas de infra-estrutura, planos diretores e meio ambiente. Ressaltou, também, a importância de se haver essa unidade executora da área de

infra-estrutura, sendo essa uma política que contribui para a captação de novos investimentos. Esta visão parece está em conformidade com Fratucci (2006), posto que demonstra como o poder público pode se articular por meio das políticas públicas, que são geralmente visualizadas na forma de programas, para servir como normatizador dos processos de ocupação e ordenamento do território.

Reflexão ligeiramente semelhante é a da Coordenadora Técnica da SETUR/RN, ao defender que as políticas, para Natal especificamente, seriam acima dos programas do PRODETUR e suas ações de infra-estrutura e de marketing, com ações de captação de turistas.

Ademais, o Secretário da SETUR/RN também defendeu políticas voltadas para a melhoria de infra-estrutura, como forma de desenvolver e consolidar o turismo na cidade. São elas: as políticas voltadas para o saneamento, para a urbanização de orlas e da cidade e obras em termos de segurança. Com efeito, Fonseca (2005) pontua que o produto turístico é composto por um conjunto de elementos que englobam infra-estrutura básica e turística, propiciando melhor qualidade ao destino e contribuindo para que o mesmo se torne competitivo.

Por outro lado, o Secretário da SECTUR citou a importância do incentivo ao Turismo de Segunda Residência – pela geração de emprego e renda - bem como o estímulo ao Turismo de Eventos e Negócios, buscando divulgar a cidade a níveis nacional e internacional.

Posteriormente, os entrevistados foram convidados a responder que benefícios um grande evento, como uma Copa de Mundo de 2014, pode acarretar para Natal antes, durante e após a sua realização.

Para a Coordenadora Técnica da SETUR/RN um dos grandes acréscimos que tal evento pode acarretar à cidade é a exposição em todo o mundo, antes e durante o evento, através da mídia, divulgando o destino e, por consequência, o fluxo de turistas na cidade deve aumentar. Concordando, o Secretário Estadual de Turismo do RN defendeu que a cidade e o Estado potiguar se beneficiarão de divulgação a três anos da realização da Copa e de exposição seis meses após sua realização. Porém, admitiu que será necessário melhorar a infra-estrutura em geral, quanto ao que está falho, citando então: melhorar os transportes (à malha viária e aeroporto), a segurança e o sistema de saúde.

Cooper (2001) e Fonseca (2005) ilustram bem essa necessidade das políticas públicas atuarem para melhorar os sistemas de transportes, segurança e saúde, visto que essa infra-estrutura é pré-requisito para o desenvolvimento da superestrutura pelo setor privado, colaborando, para tanto, numa parceria público-privada.

Complementando as outras opiniões, o Secretário da SECTUR enfatizou que são grandes as vantagens em se sediar tal evento, posto que aquece toda a economia e gera obras com conseqüentes empregos. Em sua percepção, a Copa alavancará o turismo de Natal e investir neste evento pensando no futuro, é pensar em desenvolvimento. Para ele, a cidade tem pontos a seu favor: boa estrutura hoteleira, maior concentração de leitos e um Centro de Convenções de frente para o mar.

Já o Subsecretário Estadual de Turismo do RN frisou que os recursos a serem disponibilizados pelo Governo incentivarão a melhoria na infra-estrutura da cidade, deixando um legado imensurável, do qual os habitantes locais e das cidades vizinhas se beneficiarão antes, durante e depois da Copa, com conseqüente aumento geral na qualidade de vida da população. Nessa perspectiva, Barbosa (2003) acentua que a infra-estrutura na forma de serviços de saúde, segurança, saneamento básico, eletricidade, transportes, dentre outros contribuem para a atividade turística, beneficiando tanto os visitantes quanto os visitados.

Por sua vez, o Subsecretário de Turismo e Coordenador do PRODETUR/RN concorda que tal evento trará grandes benefícios, como a melhoria da infra-estrutura e a exposição na mídia mundial. Contudo, citou que tal evento pode não mudar o turismo local, pois é algo que dura apenas 15 dias (1ª fase da competição), que aumentará a quantidade de visitantes apenas neste período. Sendo assim, sua consideração foi que o real benefício durante o evento é o fato de a população local poder assistir à Copa do Mundo.

Em relação às considerações especificamente sobre os investimentos futuros em infra-estrutura turística, a Coordenadora Técnica da SETUR/RN não comentou sobre o tema, por não trabalhar nessa área. Apenas confirmou que o PRODETUR realiza várias ações nesse sentido. De fato, cabe destacar que os recursos para a complementação da atividade turística advêm do Ministério de Turismo e dos órgãos financiadores (como o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID) para o desenvolvimento de programas como o PRODETUR (MTUR, 2010).

Por outro lado, o Subsecretário Estadual de Turismo do RN apontou que obras de infra-estrutura serão realizadas principalmente em relação ao transporte, levando em consideração a Copa de 2014, lembrando, também, de um anel viário, que contornará toda a cidade de Natal, passando pelos municípios de São Gonçalo, Macaíba e Parnamirim, obra que irá beneficiar diretamente os moradores de Natal. Segundo Fonseca (2005), esse é um modo de integrar o nível de atuação local ao estadual, uma vez que um benefício realizado para um município passa a compreender outros municípios do Estado.

Continuando, o Subsecretário de Turismo e Coordenador do PRODETUR/RN explicou que existe um projeto de se implantar uma espécie de metrô de superfície, chamado de veículo leve sobre trilhos, que irá atender tanto ao turista quanto à população local. Nesse sentido, o entrevistado disse que terá de ser melhorada a questão dos transportes públicos e da segurança, defendendo a necessidade de uma melhor delegacia para o atendimento aos turistas, com policiais qualificados. Sobre isso, Rosentraub e Joo (2009) ressaltam que o setor público também pode ser responsável pelas melhorias no setor de transporte e segurança na perspectiva de promover a valorização econômica de uma cidade ou região de visitantes e novos moradores, posto que os investimentos nesses setores contribuem para o sucesso da economia do destino.

Por fim, o Secretário Especial de Comércio, Indústria e Turismo de Natal, sinalizou: o planejamento da marina, planos para a parte de infra-estrutura para estradas, um projeto para um Heliporto ao lado da Ponte Newton Navarro (o primeiro do Nordeste), a criação de um terminal náutico na Pedra do Rosário (pequenos empresários poderão alugar barcos ou canoas nas redondezas do mangue), um projeto para a criação de uma estação de passageiros no porto (no antigo galpão da Lauritzen, na Ribeira, a fim de ancorar navios que passavam por Natal, mas não paravam devido à infra-estrutura inadequada), projetos de recuo do mar, em praias como a Praia do Meio e a Praia de Areia Preta. Sobre a segurança, ele sugeriu maiores investimentos, ressaltando que a cidade poderia seguir o exemplo de Madrid, cuja polícia de turismo é bem qualificada, de alto nível.

De uma forma geral, todos os entrevistados convergiram na opinião de que as áreas que receberão mais investimentos no futuro se concentrarão na Zona Leste e na Zona Norte da Grande Natal (mais precisamente no litoral), já que Ponta Negra e a Via Costeira, segundo eles, já estão em seu limite de concentração de investimentos. Além disso, o

Secretário da SECTUR argumentou que a implantação da marina, ao lado da Ponte Newton Navarro, contribuirá na captação de um novo perfil de turistas, com maior poder aquisitivo, bem como o estímulo de novos negócios na região entre a Fortaleza dos Reis Magos e a ponte, que pode se tornar o novo *point* de Natal. Já o Secretário Estadual de Turismo apontou que os *shopping centers* são bons produtos, que podem acrescentar à atividade se investirem em mais opções ao turista, enfatizando que, no geral, é necessário o investimento em um equipamento novo e grande que agregue valor à cidade, como a futura marina. De fato, deve-se considerar que, como aponta Coriolano (2006), o turismo se constitui de uma teia de relações que envolvem agentes públicos e privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a pesquisa expõe alguns elementos interessantes a respeito de como as autoridades locais enxergam o turismo na localidade. As informações remeteram, em grande parte, a programas de melhoria de infra-estrutura, bem como programas de promoção do destino Natal, porém não houve muita especificidade nas respostas.

Particularmente, uma das questões que mais gerou expectativa foi em saber as opiniões em relação à Copa do Mundo de 2014. O argumento proferido no primeiro semestre do ano de 2008 pelas autoridades locais levou à conclusão de que, aparentemente, elas não estavam preparadas para um evento de grandes proporções como é a realização de uma Copa do Mundo de Futebol, pois demonstraram em suas falas que não existiam planos nem investimentos planejados - ou em planejamento - com o objetivo de se captar esse evento. Por um lado, as autoridades acreditam que Natal só tem a ganhar com tal evento, uma vez que os investimentos não seriam do governo estadual ou municipal, mas do federal. Todavia, disseram, também, que o valor de ter o destino exposto para todo o mundo, “gratuitamente”, é inimaginável, imensurável.

Confirmou-se, ainda, que, entre os entrevistados, é consenso que o turismo está consolidado no Estado, porém que o mesmo ainda precisa diversificar mais seu produto, através de novas ações e investimentos. Acredita-se que isso seja extremamente benéfico, uma vez que possa fazer com que Natal passe a oferecer um maior leque de atrações, bem como que não estejam concentrados em uma única localidade, como a zona sul. De fato, a

zona norte - mais precisamente suas praias e dunas - promete ser uma grande área receptora de investimentos nos próximos anos, conforme se notou nesta pesquisa. A maioria dos pesquisados apostam nisso, uma vez que a zona sul da cidade (Ponta Negra e Via Costeira) já está saturada.

Portanto, a partir das entrevistas, nota-se que as autoridades acabam, de forma geral, se referindo a ações que remetem à necessidade de parceiras público-privadas a fim de criar um ambiente adequado para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Com isso, o tipo de política pública mais enfatizado foi aquela que propicia melhorias em infraestrutura e nos serviços de transporte, saúde e segurança, ou seja, políticas gerais e específicas para a atividade. Ademais, as percepções e expectativas para o futuro estão em consonância com o próprio histórico da atuação do poder público no estado e na cidade, focando, particularmente, em investimentos em infra-estrutura que sirvam para atender a população local, mas também com o objetivo de atrair a demanda turística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érika; COSTA, Carlos. O planejamento turístico entre os municípios brasileiros de pequena e média dimensão. In: **Observatório de informação em turismo**: revista acadêmica- Volume II, Nº 1, mar. 2007.

ANDRADE, José V. de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BARBOSA, L. G. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo: o caso do município de Rio das Ostras. **Observatório de inovação do turismo**. Disponível em: <
<http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/observatorio/PolíticasPublicasparaoDesenvolvimento.doTurismo.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2010.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

CÉSAR, Pedro de A. B.; STIGLIANO, Beatriz V. **Inventário turístico**: Primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. Campinas: Editora Alínea, 2005.

COOPER, Chris. et al. **Turismo**: princípios e práticas. 2. ed. trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO. Luzia Neide M. T. **Políticas públicas de turismo e seu alcance social**. Universidade Estadual do Ceará. 2006.

CRUZ, Rita de C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de hotelaria e turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ELBE, Jörgen; HALLÉN, Lars; AXELSSON, Björn. The destination-management organisation and the integrative destination-marketing process. **International Journal of Tourism Research**. Vol. 11, N° 3, may/jun 2009, 283-296. Disponível em:<<http://www3.interscience.wiley.com/journal/122323110/issue>> Acesso em: 04 jul. 2010.

FAYOS-SOLÁ, Eduardo. **Tourism policy**: a midsummer night's dream? In: *Tourism Management*, v. 17, n. 6, 1996, p. 405-412.

FONSECA, Maria A. P. da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFURN, 2005.

FRATUCCI, Aguinaldo C. **Processos de turisificação dos espaços**. Rio de Janeiro: UFF, 2006.

LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**. Natal: EDUFURN, 2000.

MTUR- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Infraestrutura turística**. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/secretaria_programas/infraestrutura/> Acesso em: 04 jul. 2010.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Turismo internacional**: na perspectiva global. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Papirus, 1996 – (Coleção Turismo).

ROSENTRUB, Mark S.; JOO, Mijin. Tourism and economic development: which investments produce gains for regions? **Tourism Management**. Vol. 30, N° 4, 2009 (759-770).

SANTOS, Paulo P. dos. **O RN na história do desenvolvimento brasileiro**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2005.

THEOBALD, Willian F. **Turismo global**. 2. ed. Trad. Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.